EDITORIAL

> O silêncio não é inofensivo. Ao contrário, suas consequências são penosas e causam muito sofrimento em todos os indivíduos. Não podemos, portanto, ficar sem questionar as premissas que são naturalizadas, que são apresentadas como imutáveis. Diria que apresentar uma discussão sobre a profissão docente, neste momento, é um compromisso que cabe a todos nós que estamos inseridos na educação, vivendo seus problemas e vicissitudes (Facci, 2004, p.15).

O apontamento que nos serve de epígrafe, da professora Marilda Gonçalves Facci, em seu livro Valorização ou esvaziamento do trabalho do professor: um estudo crítico comparativo da teoria do professor reflexivo, do construtivismo e da psicologia vigotskiana, é de 2004, mas continua atualíssimo.

Nos últimos anos, temos falado muito sobre formação e trabalho de professores, mas o tema, hoje, faz-se ainda mais urgente não só porque nos aproximamos da universalização da oferta de matrículas no Ensino Fundamental, mas também porque lutamos e ampliamos a oferta de Educação Infantil e de Ensino Médio, a implantação da polémica Reforma de 2017, a BNCC, a expansão empresarial da Educação Superior e as Diretrizes e Programas de formação de docentes. O que apontamos são políticas disputadas a serem debatidas e questionadas, mas a formação e o trabalho de professores são ingentes, sobretudo, porque as condições de formação e trabalho de professores se agravaram muito face a interesses como a expansão da EaD, o ensino plataformizado e o seu corolário: a vigilância e a avaliação por algoritmos, as exigências e finalidades das avaliações e dos ranqueamentos em larga escala.

Os artigos que apresentamos ao leitor nesta edição da Revista Cadernos de Pesquisa: pensamento educacional são diretamente e/ou indiretamente dedicados aos professores (as), à sua formação e ao trabalho.

O leitor encontra neste número doze artigos que se inserem no atual debate educacional brasileiro, o provocam à reflexão e o auxiliam nas decisões quanto à tomada de posições políticas e práticas educacionais.

O primeiro desse conjunto, "Os sistemas nacionais de avaliação e os rankings acadêmicos no contexto cooperativo dos países e regiões lusófonos", é dedicado aos sistemas de avaliação. Há nele materialidade e abrangência internacionais, não só porque aborda os sistemas de avaliação nos países de língua portuguesa, mas também porque mobiliza

pesquisadores de vários países e instituições que, em diálogo, se ocupam desse tema. Temos, neste texto, os seguintes pesquisadores: Maynara de Oliveira Ribeiro (Unicamp); Adolfo Ignacio-Calderón (PUC-Campinas); Alfredo Gabriel Buza (Universidade de Luanda); Nobre Roque dos Santos (Universidade Sociotécnica de Moçambique); Jorge Dias (Agência Reguladora do Ensino Superior, Cabo Verde) e Ana Luisa Rodrigues (Universidade de Lisboa). O artigo apresenta, por meio de cooperação internacional, os resultados de um estudo analítico-descritivo de caráter exploratório, com o objetivo de mapear e analisar a implementação dos Sistemas Nacionais de Avaliação Externa da Educação Superior (SNAES) em países lusófonos. O estudo destaca que o Brasil é o único país com rankings nacionais e que, no conjunto, os países analisados encontram-se em contextos e estágios distintos quanto à implementação dos SNAES. Os resultados a que chegam seus autores são relevantes e justificam a cooperação internacional para o fortalecimento da avaliação da educação superior.

Na sequência, temos cinco artigos dedicados à formação de professores, que abordam particularidades do tema e com diferentes referências teóricas e procedimentos metodológicos de pesquisa educacional.

O primeiro artigo deste conjunto de cinco aborda a formação inicial de professores e intitula-se "A escuta de crianças pela perspectiva de pesquisadores iniciantes". Suas autoras — Hardalla Santos do Valle (PPGE-UFPEL) e Ângela Adriane Schmidt Bersch (FURG) — discutem as percepções de estudantes do curso de Pedagogia sobre suas experiências como pesquisadores iniciantes. Apontam que os(as) estudantes agregaram conhecimentos sobre os desafios de uma compreensão adultocêntrica e que as crianças se posicionam em relação ao contexto em que estão inseridas.

Em seguida, no segundo artigo sobre formação docente, "O diálogo prescrito das competências na formação de professores alfabetizadores em Mato Grosso do Sul". Maria Inez Domingues Galeano (UFMT) e Célia Beatriz Piatti (UFMT) centram a análise na formação de professores proposta pelo Programa MS Alfabetiza – Todos pela Alfabetização da Criança, em relação às competências estabelecidas pela BNCC. As autoras consideram que o modelo de formação de professores, segundo esse Programa, é letal, por apresentar contradições e limites à formação humana que atenda a todas as dimensões formativas do professor. Consideram que as relações capitalistas, geradas pelas contradições no contexto da luta de classes, limitam o potencial humanizador.

Na sequência, temos o terceiro artigo, intitulado “Inventário Participativo e a Curricularização da Extensão: possibilidades de articulação na formação de professores”, de autoria de Camila Lima Miranda (UFTM). O texto analisa a articulação entre a noção de Inventários Participativos, a vinculação à Museologia Social, às práticas sociais e à Extensão Universitária. O estudo aponta para a relevância do “potencial dos Inventários Participativos como estratégia formativa, ao favorecer o reconhecimento das comunidades como espaços legítimos de produção de conhecimento, ao fortalecer vínculos identitários e valorizar saberes e memórias historicamente subalternizados”. Ainda, ao “contribuir para legitimar a pluralização das vozes, mãos e espaços que constroem a formação de professores e o mundo.”, a autora destaca o fortalecimento do papel social da universidade pública na valorização das comunidades e superação de um isolamento histórico.

O quarto artigo sobre formação docente, de autoria de Juliana Meireles Moreth da Camara (PPGEDUC/UFRRJ) e Amanda Oliveira Rabelo (PPGEDUC/UFRRJ), intitulado “Formação continuada – desenvolvimento profissional docente das professoras da educação infantil da rede municipal de Seropédica”, analisa a formação continuada de professoras da Educação Infantil da rede pública de ensino. Concluem que a formação ofertada na rede de ensino estudada está alinhada a interesses neoliberais e políticas que atendem ao tecnicismo e não ao desenvolvimento crítico e profissional de professoras e professores.

O quinto artigo deste conjunto sobre formação intitulado “Reflexões sobre as práticas pedagógicas na pedagogia hospitalar e no atendimento domiciliar por meio de cartas pedagógicas”, de autoria de Joelma Fátima Castro (PPE-UEM) e Ercília Maria Angeli Teixeira de Paula (UFBA), destaca que os estudos narrativos com professores e pesquisadores da Pedagogia Hospitalar apontam para a complexidade das práticas e formação docente desses profissionais da saúde; ainda, o sentido de voltar atenção de estudos sobre a necessária qualificação de professores; um novo olhar sobre a Pedagogia Hospitalar com base nas experiências de docentes e pesquisadores que atuam para além dos muros da escola. Este estudo investigou o trabalho pedagógico de professores e pesquisadores com crianças e adolescentes em tratamento de saúde por meio de Cartas Pedagógicas.

Seguimos com dois artigos dedicados à temática das relações étnico-raciais. Rafael Casaes de Brito (PPGEn/UESB); Catiana Nery Leal (PPGEN/UESB) e Benedito Gonçalves Eugênio (PPGEN/UESB), autores do texto “A educação para as relações étnico-raciais e o ensino de ciências: percursos

formativos de uma professora dos anos iniciais do Ensino Fundamental", analisaram as relações Étnico-Raciais no percurso formativo e sua influência nas práticas pedagógicas de uma professora dos anos iniciais do Ensino Fundamental, para o Ensino de Ciências. Os autores indicam, como resultados, que há lacunas na formação inicial quanto às temáticas étnico-raciais e que a docente enfrenta dificuldades em articular esses conteúdos ao ensino de Ciências. Indicam possibilidades e estratégias pedagógicas que podem contribuir para uma educação científica crítica, dialógica e antirracista já nos primeiros anos escolares. O segundo artigo deste tema, de autoria de Diêgo Fernandes Ribeiro (Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri), Geruza de Fátima Tomé Sabino (UFVJM) e Daniel Calbino Pinheiro (PPGED-UFVJM) intitula-se "Fragilidades normativas e silenciamentos étnico-raciais: análise dos PPPs de escolas quilombolas em Januária (MG)". Os autores apresentam uma análise comparativa dos Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) de quatro escolas quilombolas situadas na cidade de Januária, no estado de Minas Gerais. Concluem que os dados indicam que os PPPs apresentam fragilidades comuns, como a ausência de autoria, de data de elaboração, de citação legal pertinente e de referência à modalidade de educação quilombola, além de lacunas quanto à missão institucional, aos materiais didáticos específicos, à formação docente e ao ensino da história da África e dos povos afrodescendentes. Concluem que é urgente a revisão criteriosa dos PPPs nas instituições quilombolas, visando a garantir a qualidade, a representatividade e o compromisso com a identidade educacional desses povos.

Os dois artigos a seguir, nesta terceira edição da revista, tratam do pensamento dos educadores João Roberto Moreira e Paulo Freire. O artigo de autoria de Leziany Silveira Daniel (UFPR) tem o título "O intelectual João Roberto Moreira (1912-1967) e seus estudos comparativos aplicados aos sistemas de ensino". Apresenta a trajetória intelectual desse educador, especialista em métodos de educação comparada, e suas aplicações para a compreensão da realidade educacional brasileira. Destaca-se que sua atuação teve forte influência nas políticas educacionais brasileiras, uma vez que atuou no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) e no Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBEP) nas décadas de 1950 e 1960. Constata a autora que, nesse período, predominou uma abordagem

positivista, marcada pelo rigor do método comparativo, em decorrência da presença desse educador como intelectual de referência no sistema de ensino brasileiro, o que contribuiu para as decisões políticas tomadas. Outro texto, intitulado "Alguns apontamentos sobre a educação dos "oprimidos" pela visão de Paulo Freire", de autoria de Walace Rodrigues

(PPGLLit/UFNT), aponta aspectos relevantes da Pedagogia e da Filosofia freireanas no contexto da educação pública brasileira. Os estudos bibliográficos realizados pelo autor evidenciam a atualidade do pensamento de Paulo Freire, o que leva à busca de soluções "simples" para problemas educacionais estruturais persistentes nas sociedades mais vulneráveis.

A temática de extensão é abordada no artigo intitulado "Educação, Arte e Direitos Humanos: transdisciplinaridade e extensão universitária na Rede Básica de Ensino de Vitória-ES", de Raíssa Lima e Salvador (Ministério Público do Estado do Espírito Santo); Carlos Fernando Poltronieri Prata (Ministério Público do Estado do Espírito Santo) e Elda Coelho de Azevedo Bussinguer (PPGD - Faculdade de Direito de Vitória). Apresenta uma reflexão sobre a extensão universitária nas áreas de Direitos Humanos e de Arte, relacionada às práticas transdisciplinares na rede pública da Educação Básica. Os autores evidenciam que, por meio de atividades de extensão e pesquisa, é possível realizar um processo educativo inovador e dinâmico, integrar prática e teoria, o que possibilita a ampliação da compreensão dos alunos, contribuindo para potencializar sua capacidade de aplicar os conhecimentos adquiridos "para além dos muros escolares". Além disto, contribuiu com a comunidade no território da escola no contexto sociais, culturais e cidadãs.

Na sequência, apresentamos o artigo intitulado "A gestão escolar e as tecnologias emergentes no ambiente educacional", de Bruno Santos Teodoro (Programa de Pós-Graduação em Gestão, Planejamento e Ensino – UNICOR) e Zionel Santana (Programa de Pós-Graduação em Gestão, Planejamento e Ensino – UNICOR), que aborda a evolução do papel do gestor escolar e o impacto das tecnologias emergentes na educação contemporânea, com foco na implementação da Educação 4.0. Como resultado, os autores apontam que a instituição possui estrutura tecnológica sólida e gestores conscientes da importância da inovação; persistem desafios ligados à formação continuada e à resistência de parte do corpo docente e do corpo discente. Concluíram que a implementação eficaz da Educação 4.0 requer planejamento estratégico, capacitação permanente dos profissionais e políticas públicas que garantam equidade no acesso às tecnologias. Defendem uma gestão escolar democrática, inovadora e colaborativa como essencial para consolidar um ambiente educacional inclusivo e alinhado às demandas do século XXI.

Nesta 3ª edição da Revista Cadernos de Pesquisa: pensamento educacional, vinculada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná, objetivamos contribuir para a produção do conhecimento, a divulgação e o debate de temas relacionados aos

condicionantes e às determinações das políticas educacionais, à gestão da educação e aos impactos no quotidiano escolar e nas práticas pedagógicas.

Reafirmamos, por meio dos textos que disponibilizamos para o debate, o compromisso com o esclarecimento das problemáticas que envolvem a educação brasileira.

Fazemos votos de bom proveito nas leituras dos textos ora disponibilizados.

As editoras

Profa. Dra. Maria Arlete Rosa | *Editora Adjunta*
Profa. Dra. Maria de Fátima Rodrigues Pereira | *Editora Adjunta*

Curitiba, início da primavera de 2026.

Referências

FACCI, Marilda Gonçalves Dias. Valorização ou esvaziamento do trabalho de Professor?: um estudo crítico comparativo da teoria do professor reflexivo, do construtivismo e da psicologia vigotskiana. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.